

LÁ E AQUI: PERIODIZAÇÃO DO POVO KARAJÁ-YXAMBIOÁ

THERE AND HERE: KARAJÁ-YXAMBIOÁ PEOPLE PERIODIZATION.

SARIZA OLIVEIRA CAETANO VENÂNCIO

<https://orcid.org/0000-0001-9035-9903>

Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP

Professora Adjunto da UFNT

sariza.venancio@ufnt.edu.br

WAYLLYNY KUAXIRU BARROS KARAJÁ

<https://orcid.org/0009-0006-2296-2464>

Graduada em História pela UFNT

wayllynnytewadure@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como o povo Karajá-Yxambioá entende sua história e a divide a partir de marcos importantes para seu povo, ou seja, desde a Saída do fundo do rio, passando pela adaptação ao mundo externo até a fixação no município de Santa Fé do Araguaia, onde estão atualmente. Trabalhamos com autores como Goody (2008) e Elias (1998) para refletir teoricamente como ocorrem as periodizações a partir de marcos temporais, entendendo as diversas formas de concepção do tempo e período em diversos grupos, para assim dar ênfase à periodização do povo Karajá-Yxambioá, pois essa se diferencia da História imposta pela Europa ao mundo. Para conhecer como os Karajá-Yxambioá periodizam sua História, nos valem da História Oral a partir das discussões de Portelli (1997) e Thompson (1992). Nesse sentido, entrevistamos quatro anciões do povo no intuito de conhecer os marcos históricos que compõe a periodização e perceber a importância de narrar não somente de forma oral, mas escrita a História dos Karajá-Yxambioá.

PALAVRAS-CHAVE: Periodização; Povo Karajá-Yxambioá; História Oral.

ABSTRACT

This article aims to understand how the Karajá-Yxambioá people understand their history and divide it from important landmarks for their people, that is, from the Departure from the bottom of the river, through adaptation to the outside world to settling in the municipality of Santa Fé do Araguaia, where they are currently. We worked with authors such as Goody (2008) and Elias (1998) to reflect theoretically on how periodizations occur based on temporal milestones, understanding the different forms of conception of time and period in different groups, in order to emphasize the periodization of the Karajá-Yxambioá, as it differs from the History imposed by Europe on the world. In order to understand how the Karajá-Yxambioá periodize their history, we make use of Oral History based on Portelli's (1997) and Thompson's (1992) discussions. In this sense, we interviewed four elders of the people in order to know the historical milestones that make up the periodization and realize the importance of narrating not only orally, but in writing the History of the Karajá-Yxambioá.

KEYWORDS: Periodization; Karajá-Yxambioá people; Oral History.

INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente possui 305 povos indígenas, destes, o Tocantins, que possui 8 povos, são eles; Apinayé, Krahô, Krahô Kanela, Avá-Canoeiro, Akwe-Xerente, Karajá, Javaé, e os Karajá-Yxambioá, também conhecidos como Karajá do Norte. Originalmente, o tronco linguístico do povo Karajá-Yxambioá pertence ao tronco Macro-Jê, junto a outros dois povos, o povo Karajá e o povo Javaé, juntos os três grupos se autodenominam povo Iny (traduzindo para a língua portuguesa significa “nós, povo”), que habitam nas regiões do rio Araguaia e rio Javaé, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Localizados às margens direita do rio Araguaia, no município de Santa Fé do Araguaia, o povo Karajá-Yxambioá atualmente possui aproximadamente 600 pessoas morando na reserva. Dentro dela o povo está dividido em cinco (5) aldeias, as aldeias Xambioá, Kurehé, Wari-Lyty, Manoel Achurê e a aldeia Hawa-Tymyra, esta última é onde nasci, cresci, moro e onde fui ensinada duas línguas e duas histórias.

A história da origem dos Karajá é contada e repassada para seu povo através das rodas de conversas com os anciãos e através das aulas nas escolas, em especial para as crianças. As duas formas de transmissão se valem da oralidade e narram a história do povo desde a Saída do povo do fundo do rio até os dias atuais, ou seja, desde lá do fundo do rio até aqui na parte externa ao rio, desde lá da Ilha do Bananal até aqui na cidade de Santa Fé. Na contramão, temos os livros didáticos usados nas escolas das nossas aldeias que não trazem nossa história como nós a contamos, pois desde que se tornou obrigatório a inclusão da temática indígena nos livros didáticos, podemos sempre perceber que eles resumem a história sobre os indígenas e não especificam necessariamente aqueles povos que se encontram na abrangência geográfica regional de uso dos livros.

A pesquisa aqui apresentada procurará contribuir para que a história do meu povo seja conhecida por outros, e que seja perpetuada através da escrita para futuras gerações e dos outros povos. Assim, minha trajetória acadêmica e esse trabalho procurará trazer uma nova forma de transmissão dos nossos saberes, a escrita. A ideia não é substituir a oralidade presente na tradição do povo, mas complementá-la. É aproveitar o aqui na universidade e suas potencialidades de transmissão de conhecimento para contar como é lá no meu povo. Ressalto que esse lá e o aqui antes de serem marcadores somente geográficos, são compreendidos como marcadores temporais também nesse trabalho. Assim, quando falo de lá na Ilha do Bananal, lá no fundo do rio, lá na aldeia além de indicar espacialmente onde a história está localizada, também faz referência ao tempo e as histórias vividas lá nesses lugares.

Com a chegada dos colonizadores europeus, o contato por meio de conflitos físicos resultou em mortes de vários povos indígenas que habitavam o território brasileiro. Visto que os conflitos não davam resultados, iniciou-se o processo de uma política indigenista para combater e “pacificar” os povos indígenas (Karasch, 1992). Pode se afirmar que esse processo danificou a cultura de muitos povos, os que sobreviveram aos conflitos foram pressionados a achar uma estratégia de sobrevivências, sendo ela a aceitação forçada de uma nova cultura que foi imposta a eles, os obrigando a adotar práticas, crenças e histórias pertencentes a Europa. Com o povo Karajá-Yxambioá não foi diferente; essa mudança comprometeu sua cultura de tal forma que, a maneira de repassar seus conhecimentos, de se pensar o mundo e praticar sua cultura, ficou prejudicada por causa dessa intervenção. Com a cristianização, os indígenas Karajá-Yxambioá, começaram a adorar outro Deus, falar outra língua, usar outras vestimentas, sendo coagidos a seguir e contar uma história a partir da interpretação europeia.

Quando se trata de imposição historiográfica, devemos lembrar que são inúmeros os povos que foram obrigados a contar uma história que não era deles. A Europa impôs ao mundo seu modelo de tempo, períodos históricos, e excluiu a interpretação e organização do tempo de outros povos (indígenas, chineses, judeus, islâmicos etc.) impedindo durante centenas de anos que os povos indígenas, em particular, contassem sua história ou compreendessem sua história como História. Essa perspectiva eurocêntrica determinava que os povos sem escrita seriam povos sem história. Compreendemos assim, que essa imposição parte de uma ideia muito colonizadora que carrega com si a colonialidade do poder. Para justificar essa imposição colonizadora e o processo de dominação, Aníbal Quijano (2005, p.118) diz que: “[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.” Entendemos que, a colonialidade do poder traz esses aspectos, inferiorizar outra cultura e história por serem diferentes, os colocando como “não civilizados” e não reconhecendo seus feitos históricos e conhecimentos, ou seja, saberes e práticas. Complementando, Jack Goody (2008, p.12) vai dizer que; “[...] no contexto da dominação, o etnocentrismo assume um aspecto mais agressivo. “Outra raça” passa a ser automaticamente “raça inferior””, e foi através dessa dominação violenta, que os europeus impuseram suas crenças, práticas e saberes ao resto do mundo por se considerarem superiores.

Assim como Goody (2008, p. 14) “meu objetivo é mostrar como a Europa não só tem negligenciado ou representado mal a história do restante do mundo, [...], mas também tem imposto seus conceitos e períodos históricos, [...]”. Deste modo, queremos mostrar que os povos indígenas que viviam e vivem aqui no Brasil, antes da chegada dos europeus, tinham sua própria

História, a qual é contada por eles mesmos. Para tal objetivo buscamos compreender o povo Karajá-Yxambioá, a partir da sua periodização, do modo como entendem sua cultura a partir de fenômenos e acontecimentos importantes do seu povo, e a partir do conhecimento que é repassado de forma oral de geração em geração, já que a escrita não fazia parte da sua cultura.

Nosso intuito é mostrar, através da História Oral, que a Europa esteve impondo uma história que não representa todos os povos. No sentido de alcançar esse objetivo, “as fontes orais dão-nos informação sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história é escrita ou distorcida” (Portelli, 1997, p. 27). Assim, partimos de uma experiência de conversas, com perguntas e respostas, mas entendendo que há estilos diferentes de entrevistas, e cada situação pode exigir manejo do pesquisador em se adaptar ao contexto do entrevistado, sem perder de vista os métodos e estratégias para entrevistar alguém de forma ética. A História oral possibilita, assim, uma valorização das histórias do passado, em que a voz e a memória de alguém ou de um grupo (Thompson, 1992) será visualizada.

Nossos entrevistados são de três aldeias, ao todo foram 6 (seis) gravações, sendo duas com a mesma pessoa, minha avó Isaura Karajá da aldeia Hawa-Tymyra, realizadas em julho de 2022 e a outra em dezembro de 2022, as outras 4 foram com os anciões Kurikálá Karajá, Tuilá Karajá, Gilvan Karajá, os três da aldeia Wari-Lyty e foram entrevistados em dezembro de 2022, Telúra Karajá da aldeia Xambioá entrevistado em março de 2023. Devido aos trajetos longos e a falta de tempo, não conseguimos entrevistar anciões das outras aldeias. Ressaltamos que os anciões foram escolhidos para as entrevistas por eles serem vistos “dentro da aldeia como um “livro”, uma biblioteca” (Gomes Karajá; Albuquerque, 2016, p.30), uma vez que eles lembram e repassam seus conhecimentos sobre o passado do meu povo.

Como indígena pertencente do povo Karajá-Yxambioá, da aldeia Hawa-Tymyra, ocupo meu lugar de fala e de fala do meu povo para contar nossa história. O texto abaixo em alguns momentos será narrado e dissertado em primeira pessoa quando se referir a trajetórias específicas da minha pessoa, porém, como não sigo grande parte dessa trajetória sozinha, às vezes usaremos a terceira pessoa do plural por compreender que levo comigo a voz do meu povo nessa pesquisa.

1. MARCOS TEMPORAIS DE UMA PERIODIZAÇÃO KARAJÁ

Toda história é marcada de acontecimentos, são eles que, em maior ou menor grau, delimitam o início, o meio e o fim; ou seja, as etapas de um narrar. Cada história tem marcos temporais que dividem a narrativa entre antes e depois daquele tempo. Norbert Elias (1998) refletindo sobre o Tempo diz que ele não está ligado totalmente as horas ou datas, se trata de

algo mais abrangente como as experiências coletivas. Ele recorda que a natureza foi a primeira forma usada como marcador temporal, e que cada sociedade configura a periodicidade dos seus ritos anuais, bem como a rotina dos seus dias. Assim, por meio da socialização com determinado grupo social é que é possível conhecer e apreender o modo como o tempo é contado ou dividido.

Os grupos humanos são capazes de recolocar e de vivenciar os acontecimentos na dimensão do tempo, na exata medida em que, por um lado, dentro de sua vida social colocam-se problemas que requerem uma determinação social, e, por outro, sua organização social e seus conhecimentos lhes permitem utilizar uma série evolutiva como quadro de referência e padrão de medida para outra. (Elias, 1998, p. 41)

Ou seja, por meio da socialização do e no grupo que está inserido é que se compreende a periodicidade seguida, e se percebe a História de conhecimento social e coletivo de seu povo/comunidade. Porém, com o processo das colonizações, boa parte do mundo passou a seguir e propagar uma História única, “[...]uma visão particular de mundo produzida na Antiguidade europeia[...]” (Goody, 2008, p.12). Assim a

história mundial tem sido dominada por categorias como “feudalismo” e “capitalismo” propostas por historiadores que pensam exclusivamente na Europa. Com outras palavras, a periodização “progressiva” tem sido elaborada para uso interno a partir de um pano de fundo que considera apenas a trajetória europeia. (Goody, 2008, p.13).

Essa forma de História que relata acontecimentos importantes que ocorreram para História da Europa foi imposta ao resto do mundo, como se todos tivéssemos relação direta e natural desde a Pré-história até a chamada Idade Contemporânea. Entendemos desse modo, que “Desde o início do século XIX, a construção da história do mundo tem sido controlada pela Europa ocidental, que registrou sua presença no resto do mundo como resultado da conquista colonial” (Goody, 2008, p. 16).

No contexto do Brasil, a história que é contada parte da ideia do “descobrimento” também contada pelos europeus, que ao desembarcarem aqui, e verem um povo totalmente diferente, nomearam eles como “selvagens”. Começou assim o processo de colonização, que trouxe a ideia de civilizar os indígenas com “uma concepção estratificada das culturas e, a crença de que a cultura ocidental, na interação com as outras, é absolutamente superior” (Cox, 2006, p. 70). Esse projeto de civilização se pautava em impor o modo de vida europeu aos demais povos, como a língua portuguesa, cristianismo e a concepção de história deles, Quijano (2005) vai dizer que “essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (p. 2) No entanto,

com tamanha resistência indígena para com a tentativa de etnocídio, muitos povos continuaram estabelecendo vínculos com sua ancestralidade, mesmo sendo obrigados a viver dois mundos e duas histórias.

2. SAÍDA DO FUNDO DO RIO

Na visão indígena, especialmente a Karajá, essa história europeia imposta não foi aceita como história própria do povo. Até porque esses marcos e datas que marcam a divisão histórica ocidental dizem pouco ou nada sobre a história deles. Goody (2008) já abordava que a forma de compreender o tempo “nas culturas orais era contado de acordo com fenômenos naturais” (p. 17)

Para o povo Iny em particular, a história que é contada em geral, tem outros acontecimentos importantes diferentes daqueles que marcam a chamada periodização da História do mundo ou da História geral. Os Iny possuem um modo de divisão da História que não se encaixa na cronologia trazida e difundida pelos Tori. Assim como a divisão histórica europeia, eles dividem sua História a partir dos marcos mais importantes para seu povo até hoje, a saber, a Saída do fundo do rio, o Mundo externo ao rio e a Migração e Territorialização do povo em aldeias determinadas.

Apesar de toda imposição, incluindo marcos históricos que não os seus, o povo Iny conseguiu estabelecer um equilíbrio entre as duas histórias. Nesse sentido, essa dita História geral é ensinada nas escolas a partir de livros didáticos eurocentrados ao lado da História do povo Karajá que é transmitida oralmente em sala de aula, nas reuniões e encontros com seus anciões.

Daise Alves (2017, p. 69) comenta que: “As primeiras referências a esse grupo, que circulavam ao longo do rio Araguaia, teriam surgido a partir do século XVII o que justificaria o processo de demarcação, haja vista que a ocupação dessas terras viria de tempos imemoriais”. Elias (1998) vai tratar dessa questão da imprecisão ou ausência de datas dizendo que

no caso da cronologia [...] que medem o tempo a longo prazo, representam contínuos padronizados artificiais, criados sob o controle de governantes ou sacerdotes. Quando eles não existem, as pessoas não têm como indicar sua data de nascimento ou sua idade, a não ser em referência a acontecimentos singulares, conservados na memória coletiva. (Elias, 1998, p. 40-41)

No caso do povo Karajá, a história é contada de forma coletiva, a partir das memórias dos anciões, e mesmo o texto de Daise Alves fazendo referência a tempos imemoriais, é importante enfatizar que o povo Karajá afirma que a Saída do fundo do rio ocorreu antes dos

primeiros contatos com os não-indígenas. Apesar de saberem desses dados, datas precisas não fazem parte da tradição oral. Assim, é normal existir várias e diferentes versões sobre o mesmo acontecimento; porém, todas elas começam a História do mundo dos Iny no fundo do rio Araguaia. Wahuka Karajá em junho de 2003 na Aldeia Buridina em Aruanã- GO, concedeu entrevista para a pesquisadora Cristiane Assis Portela, contando sobre algumas versões sobre a Saída do povo do fundo do rio:

Na cultura Karajá, fala que o Karajá surgiu do fundo do rio, como lá era muito frio, aí tentaram procurar outro lugar, um lugar melhor, então assim descobriu um buraco na pedra e ele saiu, quando ele saiu, ele entrou no buraco pra baixo e saiu pra essa face, que era um buraco no meio da pedra, aí ele viu um lugar muito bonito, ele voltou e contou para os parentes lá no fundo do rio, então todo mundo achou de acordo que poderia ser um novo lugar, assim vieram. [...] E tem um segundo mito, que segundo ele, a esposa de um Karajá pediu para que ele procurasse mel para comer, e na verdade ele andou muito e não encontrou mel, e chegou na beira de um lago muito grande e muito bonito porque ele se perdeu, aí ele chegou na beira desse lago e estava suado e foi tomar um banho, e quando ele mergulhou, que “boiou”, já era na outra face, já não era naquele lugar onde ele estava antes. (Portela, 2006, p.147)

Nesta citação vemos que a palavra utilizada para definir a História seria “mito”, sendo essa a definição que os europeus impuseram para se referir a uma outra História que não seria a deles, como algo imaginado ou inventado, uma “realidade *versus* imaginação, argumento ficcional *versus* argumento lógico” (Condilo, 2018, p. 16). Porém, devemos lembrar que quando se trata de uma história própria de um povo, que é vista por eles mesmos, a relação dessa palavra se torna uma ofensa, pois para eles, essa é a única história vista como História oficial deles.

No contexto das versões da história do surgimento contada, percebemos pequenas diferenças nas entrevistas feitas por nós, quando os entrevistados foram questionados sobre a história do surgimento de seu povo. Isaura Karajá, anciã de 62 anos da aldeia Hawa-Tymyra, minha mãe, e que nasceu e se criou dentro da reserva, relatou a versão que seus pais contaram:

Eles contavam pra nós que, quando, de primeiro quando não existia nada aqui nesse mundo, aí disse que tinha a mulher que nasceu nenê aí, costume de tirar mel que era pra fazer a festa do mel¹, hoje os pessoais dizem assim ‘a uma cerveja, uma pinga’ e o índio e o mel. Foi caçar, e disse que esse índio saiu na estrada e saiu até sair aqui, aí ele olhou, lugar bonito, disse que olhava tanta coisa bonita, aí ele desceu, levou o mel, mais chegou lá ele falou para a turma, que tinha achado um lugar bom para morar, bora sair, aí vieram todo mundo do ‘fundo da terra’ aí todos passam os magros, aí ficou só ‘koboi’, não passou, ficou atravessado, era gordo demais, aí disse meu povo

¹ A festa mencionada na fala, “festa do mel”, seria um ritual indígena Iny, que para o homem era feito como uma forma de comemorar o nascimento do filho, e para a mulher seria a forma de guardar o resguardo, comendo apenas o mel, sendo esse o primeiro xixi do bebê. Atualmente não é mais praticada, pois os indígenas já consomem comidas industrializadas.

não vai descer nenhum, aí disse que ele falou aqui tem morte, vocês estão vendo pé de pequi morto, pé de oiti, dizia o nome das árvores, está tudo, aquele dali tá doente, tá tudo morrendo, pessoal vão morrer, aonde eles conviviam não morriam, só renova. Ela contava assim para nós, aí ele não desceu com as filhas, só os outros, aí logo, logo foi morrendo gente lá, aí não tinha como voltar, que ele falou que não era pra voltar, e tampou o buraco, eles contaram isso pra nos ouvir. (entrevista concedida por Isaura Karajá, em 31 de junho de 2022)

Em outra entrevista com um ancião Karajá da aldeia Xambioá, Telurá Karajá, 64 anos e que foi professor de língua indígena na aldeia onde nasceu e vive até hoje, ele nos contou como lhe foi ensinando a história do surgimento de seu povo:

a realidade daqui nós viemos de um lugar subterrâneo saímos de um buraco aqui da terra, saímos não, um rapaz saiu pra ver como é que era, aliás ele saiu por que ele estava com problema na barriga e saiu pra vomitar e encontrou esse lugar aberto e saiu pra ver quando ele viu esse mundo que hoje nós vivemos, [...] foi assim igualmente tô te falando ele saiu pra vomitar né, e lá ele viu um buraco, viu um clarão e saiu lá pra olhar né, saiu lá e era esse mundo que hoje nós tamo aqui, aí ele saiu pra fora e ficou olhando e chamou o amigo dele pra eles dá uma volta e saíram andando né, encontraram muita coisa diferente, aí voltaram chegaram lá contaram pro povo né que tinha visto esse aqui, aí o cacique deles né, que era o Koboí falou pra eles oque que eles tinha visto aqui, eles tinha visto muita árvore seca né, pau seco, morto, amarelo, aí ele falou que aqui era o lugar de morte era de tudo ruim que passava estava aqui né, que lá não tinha isso né? (entrevista concedida por Telura Karajá, em 05 de março de 2022)

Já Kurikalá, que nasceu na Ilha do Bananal e veio para região mais ao norte, na reserva dos Yxambioá, onde mora atualmente já faz 32 anos e atua como professor de língua indígena com 65 anos, traz uma versão, de junção dessas duas últimas histórias contada por Isaura e Telurá:

o surgimento do povo Karajá é, dizendo, que um homem estava de resguardo né mais a mulher né, mulher do homem tinha ganhado neném, aí disse que o homem tinha ido vomitar né, para se fortalecer, aí disse que o homem tinha errado o caminho, onde ele saiu para cá, para o, pra cá pra fora aqui aonde nós estamos, e aí que o Karajá surgiu né. (entrevista concedida por Kurikalá Karajá, no dia 18 de dezembro de 2022)

Todas as versões são contadas com algum detalhe diferente, parece depender da região em que moram, e de quem narrou para eles. Isso é comum quando lidamos com povos da oralidade, detalhes se alteram de acordo com o espaço e o tempo. Independentemente de como seus antepassados lhe contaram os detalhes, cada versão carrega a ideia de que alguém encontra um buraco e ao sair dele avista o mundo em que vivemos hoje, essa pessoa volta e convence o povo todo de se mudarem para cá, mesmo com a resistência de Koboí. O lugar onde esse buraco estava, se localiza hoje na região da Ilha do Bananal, perto da aldeia Macaúba. Não há registros de fotos ou vídeos, pois por se trata de um lugar sagrado para o povo, alguns hyri (pajés)

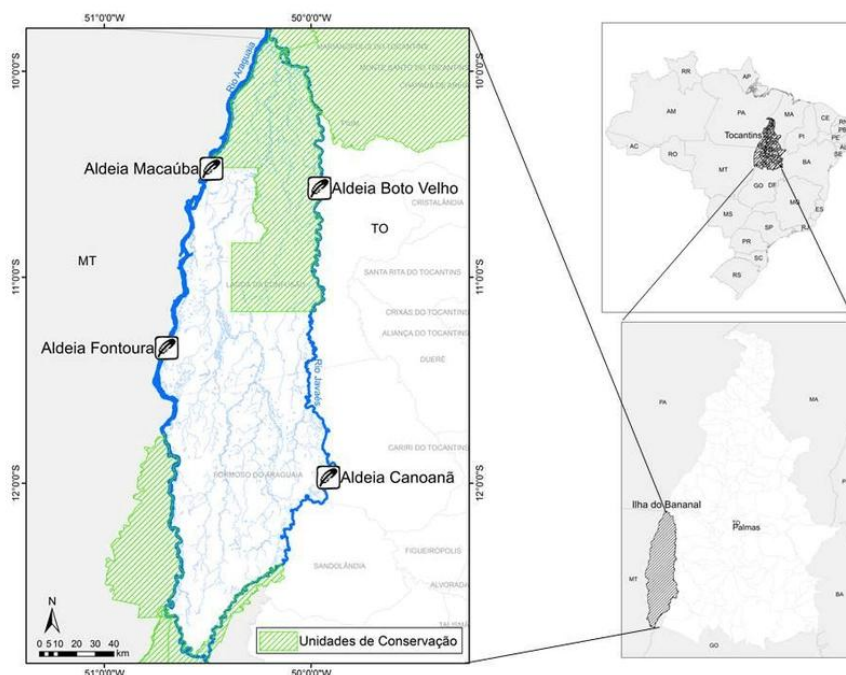
proibiram pessoas de chegar perto. Sempre que estão em canoas ou barcos é sugerido que passem mais às margens do rio para não chegar muito perto do lugar.

Sobre como era lá nesse mundo no fundo do rio, quase não há comentários entre os anciãos. Percebemos através de uma fala ou outra nas entrevistas que o lugar no fundo do rio era como a aqui (terra), ou seja, para eles não tinham a compreensão de que estavam dentro de um rio. Essa visão só se tem quando já estão nesse mundo de cá. Assim, pode ser que lá existissem outros rios em que eles habitavam às suas margens como fizeram às margens do Araguaia desde que saíram do fundo. Não há uma descrição exata sobre o lugar, apenas conjecturas, porém sabemos pelos anciões que as pessoas que moravam lá não morriam, e quando se depararam com o lugar novo (o aqui), conseguiram ver pelas as árvores secas, e serem advertidos por Koboí, que esse mundo aqui era um mundo de mortes e sofrimentos. Talvez por esse motivo, o impacto do que era vivido lá com a realidade do mundo aqui, a história do surgimento do povo Iny só começa a ser contada a partir do contato com esse outro mundo. Assim, o mundo em que vivemos hoje se torna em suma, a história inicial, que carrega em si uma grande importância como marco histórico para meu povo.

3. MUNDO EXTERNO AO RIO

Com a Saída do fundo do rio Araguaia, os Iny se viram situados em uma grande ilha que hoje é chamada de Ilha do Bananal. Ali não permaneceriam todos por muito tempo. Segundo Maristela Sousa Torres (2011, p. 47) desde que “saíram do fundo do rio, os Karajá se distribuíram ao longo do Araguaia, num processo migratório”. O mundo externo ao rio foi marcado pela convivência e adaptação com esse novo mundo, tendo como base e ponto de partida a Ilha do Bananal.

Figura I – Localização da Ilha do Bananal



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-das-comunidades-indigenas-visitadas-na-Ilha-do-Bananal-Tocantins_fig1_315920035

Ao sair do fundo do rio, e mesmo com as diversas migrações do povo, os Karajá nunca se distanciaram do rio Araguaia. É importante entender que “esses deslocamentos ocorreram muito antes de 1500, pois as fontes do final do século XVI e início do XVII já descrevem o baixo e médio Araguaia como habitado por “Caraiaúnas” ou “Carajaúna”, designações Tupi para os Karajá.” (Torral, 1992, p.17). Nossos entrevistados afirmam que “de primeiro os índios só viviam descendo e subindo o rio” (entrevista concedida por Isaura Karajá, em 12 de dezembro de 2022). Complementando e já dando a ideia de como começou a divisão, o entrevistado Telurá disse: “olha o povo veio porque naquela época era cultura desse povo né, era de ficar de rio abaixo, subindo e descendo, subindo e descendo e aí foram dividindo né, mudando, procurando lugar, era o jeito da... deles viver era assim, hoje não” (entrevista concedida por Telurá Karajá, dia 05 de maio de 2022).

Após a Saída as relações com outros povos e entre si eram por diversas vezes marcadas por muitas brigas. Em duas entrevistas concedidas para a pesquisa, Isaura Karajá e Telurá Karajá, falam um pouco sobre essas brigas e a importância do rio para o povo:

De primeiro o pessoal brigava que nem o futebol, por isso que não mora índio na beira do rio. Karajá tomou de conta. Vovó contava assim. Aí os índios, os outros índios, tudo longe do rio, tem índio não ó, só Karajá, daqui lá pra Conceição do Araguaia até Santana do Araguaia. Aí vai subindo aí pra cima tudo é Karajá. (entrevista concedida por Isaura Karajá, em 12 de dezembro 2022)

E,

É porque os índios Karajá eles viviam mais em beira de rio, por causa das outras nações né que morava na beira de rio onde eles brigavam com eles pra botar eles fora da beira do Araguaia. E até quando dominaram o rio e ficaram. E hoje você vê que não tem nação nenhuma na beira do rio Araguaia morando, só Karajá mesmo, Javaé, isso aí. (entrevista concedida por Telurá Karajá, em 05 de maio de 2023)

Podemos perceber que, antes de ter o contato com os Tori (não-indígena), já existiam brigas por ciúmes do rio, se tornando uma briga territorial. Acreditamos que essa briga por habitar as margens do Araguaia se deva em razão da história do povo se iniciar no fundo desse grande rio. No artigo de Awã Kamutaja Silva (2021, p.105) ela nos diz que “[...] havia conflitos com os Iny (...) povos de língua do tronco Macro-Jê. Esses conflitos tornaram o nosso povo Awã, de língua do tronco Tupi, e os povos Iny, inimigos históricos”. Consideramos assim, esses embates como parte da vida dos indígenas do Brasil antes dos primeiros contatos com os povos europeus. Vivendo apenas de caça, pesca e seus plantios, as brigas por territórios eram constantes, mais sem imposição cultural. Isso não significa que não havia uma hierarquização de um povo sobre o outro em questões relacionadas a posições políticas internas.

No século XIX, quando surgem as primeiras notícias sobre a localização dos Karajá do Norte, eles encontravam-se definitivamente separados dos demais Karajá. Assim, contatos entre os Karajá do Norte, os Karajá e Javaé, já nesse período, eram bastante raros, mas não inexistentes, devido à sua alta mobilidade.

Somados aos conflitos internos ao povo Karajá, ou mesmo com outros povos indígenas, tem-se os conflitos que se estabelecem com os colonizadores europeus. Sabe-se que os Karajá tiveram contato com “brancos” desde o século XVII através dos assaltos de paulistas que desciam o rio e acabavam a ir de encontro às suas aldeias (Toral, 1992, p. 26). Suas menções começam a aparecer nos registros documentais do governo de Goiás em 1780, quando neste período houve uma decadência de ouro no Brasil e o governo precisava se recompor.

Nesse momento os indígenas começaram a se tornar um importante problema, e é a partir daí que o governo tenta aplicar uma política indigenista, tratando essa questão indígena como “problema índio” (Karash, 1992). A política “em Goiás no final do século XVIII, que era livrar a capitania dos índios não assimilados e ao mesmo tempo trazê-los para debaixo da autoridade da Igreja e do Estado como “filhos” e leais vassalos dos monarcas portugueses.” (Karash, 1992, p. 397)

Toral (1992) relata que “durante o governo de Fernando Delgado (1809-1820) em Goiás, eles teriam enviado emissários à capital da província, mostrando as melhores disposições para se submeterem ao regime dos aldeamentos” (p. 26). Essa concepção parte da ideia de que

o Estado tentava obter um certo controle em relação aos indígenas, como a tentativa de “civilizá-los” através da cristianização, para utilizá-los como mão-de-obra ou escravizá-los. Karasch (1992) vai pontuar que,

Enquanto as autoridades paternalistas de Lisboa ou os governadores de Goiás decretavam a cristianização e "civilização" para convencer os índios a se aldearem como filhos e vassalos, as milícias locais, bandeiras e colonos armados procuravam "desinfestar" a capitania daqueles que chamavam de "feras" e escravizar suas mulheres e filhos. (Karasch, 1992, p. 397)

Ainda no texto de Karasch (1992) podemos encontrar relatos mais detalhados e entender como o contato com os “brancos” causou sofrimento e morte para os Karajá, confirmando o que Koboí falara para o povo como argumento para não saírem para fora do rio:

Como o governo local era "impotente para dominá-los", a Carta Régia de 5 de setembro de 1811 afirmava a "necessidade de pacificar os Karajá, Apinayé, Xavante, Xerente e Canoeiros"; se a pacificação fosse impossível, a guerra seria legítima, pois "não resta presentemente outro partido a seguir senão intimidá-los, e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam". Novamente com autorização para uma guerra ofensiva, o governo e os colonos construíram presídios, organizaram expedições, mataram e escravizaram índios. (Karasch, 1992, p. 403)

Todas as tentativas de controle dos indígenas eram aplicadas de maneira que pudessem juntar todos os indígenas daquela etnia em um só lugar. Para que eles não fugissem, foram construídos presídios formando aldeias para obrigá-los a ficar no local que era determinado pelos próprios “brancos”, como aconteceu com os Karajá e Javaé:

Os Javaé e Karajá tinham retardado a ocupação da área até 1775, quando foram pacificados por uma expedição. Foram aldeados em Nova Beira. Um destacamento no presídio de São Pedro do Sul ajudava a manter a paz, mas não sobreviveu por muito tempo. Em 1780 os Javaé e Karajá foram transferidos para a aldeia de São José de Mossâmedes, onde seus descendentes permaneceram até o século XIX. (Karasch, 1992, p. 400)

Em 1812, num esforço para garantir a ocupação do rio e o comércio com Belém, as autoridades ergueram o presídio Santa Maria do Araguaia. A reação indígena a essa invasão do Araguaia foi violenta: uma coalizão de Karajá, Xavante e Xerente atacou e destruiu o presídio um ano depois. Os governadores de Goiás, contudo, não desistiram de construir presídios.

Para realizar a ação missionária entre o povo indígena Xambioá de Goiás foi levado para a região, em 1872, um missionário nomeado Frei Savino de Rimini, e

Entre o assentamento da missão (chamado de aldeamento, mas que não reunia ali os moradores indígenas) e a primeira aldeia Xambioá, foi instalado o Presídio de São

José dos Martírios, que era um posto militar fundado com um número efetivo de quarenta militares para controlar os Karajá-Xambioá. (Giraldim, 2002, p. 9)

Essa aldeia é apenas uma das aldeias que abrigava o povo Karajá Xambioá, já que nesse período, em 1844, os documentos indicam a existência de 2.500 pessoas aproximadamente, vivendo em três grandes aldeias no Norte, consideradas “Karajá-do Norte”. (Toral, 1992) Entendemos que a nomeação “Karajá do Norte” não era apenas composta pelos Karajá-Yxambioá atual, e sim por um total de indígenas Karajá que viviam no norte de Goiás, atual Tocantins, sendo eles espalhados por toda a extensão do rio Araguaia.

Além dos aldeamentos de ocupação, os documentos apresentam a existência de diversos outros grupos que se aglomeraram a partir “dos arranchamentos estabelecidos provisoriamente”. (Toral, 1992, p. 29) Sobre esses locais de moradia provisória, nossos entrevistados tem memória da passagem deles ou de seus pais e avós por algumas cidades. Gilvan Karajá de 47 anos da aldeia Wari-Lyty diz que “essa extensão Conceição à Xambioá aí, tinha né, essas aldeias grandes, aí por causa de briga foram se afastando, morrendo, acabando tudo.” (entrevista concedida em 28 de dezembro de 2022).

Gilvan mostra que existiam essas moradias em toda a extensão do rio Araguaia, desde a cidade de Conceição do Araguaia até a cidade de Xambioá. Alguns locais estabelecidos pelo governo, outros ocupados pelo próprio povo. Contudo, por razões de brigas entre si, ou com o governo local eles foram se afastando, se espalhando e poucos locais se tornaram habitação do povo Karajá.

Contudo, apesar dos constantes conflitos que parecem ter contribuído para as diversas mudanças de território do povo, vale ressaltar que os Karajá eram considerados indígenas sem moradia fixa, sem delimitações de territórios. Apesar da afirmação, acreditamos que essa delimitação territorial parte dos parâmetros do que é delimitação ocidental. Ou seja, que compreende apenas território, terra, como marcador geográfico para moradia. O que vemos é que existe sim uma delimitação, para nós Karajá, do nosso território, e essa é a água, o rio Araguaia. O território do povo é qualquer terra que seja banhada pelo grande rio.

Assim, a moradia fixa do povo era o Araguaia, e por isso vagavam por toda extensão do rio sempre procurando um melhor lugar para viver. Eles já tinham essa cultura de deslocamento, quando sentiam que o local já não estava mais adequado; mas o deslocamento era sempre às margens do Araguaia. Lembremos que em uma das versões sobre a Saída do fundo do rio, o jovem que encontrou o buraco que os levou para fora estava procurando um lugar melhor para viver.

No mundo externo ao rio, ainda que houvesse deslocamentos, a lógica organizacional do povo Iny permaneceu do mesmo modo que ao modelo interno ao rio, ou seja, os grupos se formavam por famílias, e com elas migravam de um lado para o outro. Assim, o povo Karajá se reunia em família, e essas aglomerações não eram compreendidas como aldeias. Cada família se deslocava a partir de suas necessidades. Segundo a entrevistada Isaura Karajá, a cidade de Conceição do Araguaia, teria sido um dos locais de agrupamento e de formação de várias famílias indígenas:

Conceição era uma, igual essa Santa Fé. A convivência deles, dos índios de lá, que vieram separados, descendo [...] os índios eram tudo espalhados, um morava aqui, outro aculá, era assim, a convivência, mais disse que era só em Conceição. De lá ficavam brincando em Conceição, descia Kayapó, descia outras nação pra lá, a convivência. Lá mexia era com o padre, padre disse que juntava, trazia rapadura, facão, ficava dando as coisas pra amansar, assim a vovó contava pra nós (entrevista concedida em 31 de junho de 2022)

Toral (1992, p.20) reforça a fala de Isaura quando diz que “Os Karajá do Norte e os Karajá e Javaé mantiveram relações a início hostis e depois pacíficas com os primeiros, contatados e instalados na nascente Conceição do Araguaia pelos missionários dominicanos a partir de 1897”. No contexto da hostilidade, ou melhor dizendo, da resistência, após o aldeamento em 1849-50, a “aparição de epidemias causou o desmoronamento de sua população e uma mudança na composição dos grupos. Cerca de aproximadamente 2.000 pessoas em 1842 declinam para 1.350, e em 1887 para 60.” (Toral, 1992, p. 28) Como comentado pelo entrevistado mais acima, além das guerras contra indígenas e não-indígenas, os Karajá também sofreram todas as consequências de doenças trazidas pelo “homem branco”, chegando a diminuir a população de forma drástica.

Milton Lima (2019) comenta sobre a chegada dos dominicanos nessa cidade e a fundação da catequese na fronteira que separa o antigo norte do Estado do Goiás, do Sul do Estado do Pará. De certa forma percebemos que por não conhecerem suas reais intenções, alguns grupos de povos indígenas curiosos com o que acontecia no local, se agruparam na região e passaram se relacionar com os padres através de receber doações de itens e objetos, e ajudando eles nos seus afazeres do dia a dia. Entendemos nesse contexto que era uma forma de estratégia dos missionários, sendo essa a forma “dos religiosos atrair os indígenas para depois “pacificá-los” segundo os padrões do Estado Brasileiro e orientados sob os valores culturais da religião e da moral ocidental de matriz europeia, ou melhor, o que se convencionou denominar de “civilização” (Lima, 2019, p.31).

No contexto da transição do povo Karajá-Yxambioá, esse processo de agrupamento que acontecia em Conceição, se dava também como um local onde os indígenas, segundo Isaura Karajá, “se encontravam lá em Conceição, casavam e vinham, descia pra cá” (entrevista concedida em 18 de dezembro de 2022). Ou seja, era o local onde acontecia casamentos entre os indígenas, e muitos deles acabavam somando com a população e voltando para os locais onde de fato os Karajá-Yxambioá se agrupavam, mais ao norte.

Uns dos grupos desaldeados que viviam com suas famílias mudando de locais, teve seus registros de migração também em outros locais, como Isaura Karajá vai dizer que:

quando eles desciam, que eles não tinham morada certa, a morada de um aqui, outro aculá e foi morando gente assim, e lá pra cá de Xambioá fizeram uma casa e vivia assim em praia. Aí quando escurecia, por esse tempo o rio tá enchendo, aí eles acampavam num lugar e ficavam botando rocinha, quando chegava no tempo a gente pegava, galinha, cachorro, porco, botava dentro da canoa e caçava uma outra vivência, a vivência do índio, por isso que em todo lugar aí de Marabá pra cá tudo já foi morada de índio (entrevista concedida em 18 dezembro de 2022)

Como podemos perceber nos relatos, não foi apenas a atual cidade de Conceição do Araguaia que foi ponto de agrupamento dos indígenas Karajá, mas também a cidade de Xambioá. Telurá Karajá comenta sobre a relação dos indígenas com o nome da cidade:

eles vieram da ilha né descendo de barco e descera foram parar em Xambioá, em Xambioá montaram uma aldeia, que na época o nome não era Xambioá, eles índios puseram o nome de Yxambiwá que é amigo do povo né [...] até hoje né, e cidade né, aí puseram o nome de Xambioá, mais o nome era Yxambiwá, que era amigo do povo, companheiro do povo né, e daí vieram subindo fazendo aldeia em cada lugar. (entrevista concedida por Telurá em 05 de março de 2023)

Telurá Karajá ainda vai dizer que não foi apenas Conceição e Xambioá que tiveram seu povo como moradores: “vieram subindo fazendo aldeia em cada lugar, igualmente tem aí por baixo de Itaipava, tem uma ilha lá chamada Ilha do coco. Lá morreu muito índio, que lá fizeram uma aldeia muito grande e lá morreu muito índio, e de lá vieram embora, e vieram subindo” (entrevista concedida em 05 de março de 2023). Apesar de usar termos como aldeia para se referir ao agrupamento do povo, sabemos que ainda nesse momento os Karajá se aglomeravam por famílias, e que o modelo de aldeia vai ser imposto pelo governo décadas mais tarde.

Como mencionado nas entrevistas, além de Conceição do Araguaia e Xambioá, vemos também que Itaipava foi um dos locais que o povo Karajá do Norte ficou entre 1920-1930 (Toral, 1992, p. 29). O autor ressalta que foi um dos locais onde mais foi perdido vidas indígenas

por ataques de guerras entre outros indígenas e entre “brancos”, e muito provavelmente, os que sobreviviam aos ataques, tentaram retornar a região que se localizava seu grupo anteriormente.

Frente ao que viveram com a Saída do fundo do rio, os diversos conflitos entre si, com os colonizadores e com as doenças desconhecidas, não é de se estranhar que a memória narrada sobre o fundo do rio exalta o momento de paz que viviam e lamenta a decisão de terem optado por sair de lá.

4. FIXAÇÃO NO BAIXO ARAGUAIA

O processo da formação do território de Goiás/Tocantins envolvendo os indígenas, dentre eles o povo Karajá-Yxambioá, se deu pelas políticas de aldeamento, que “ênfatiza a catequese e procura inserir os índios nos costumes civilizatórios europeus, além de tratar das questões relacionadas às terras” (Alves, 2017, p. 27). Mas para que os aldeamentos se fizessem, era necessário vigias e um órgão que lidasse só com isso, assim foi criado em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A função do órgão “era garantir a posse dos territórios indígenas; proteger o índio, evitando seu deslocamento e, conseqüentemente, a desorganização desse grupo étnico” (Alves, 2017, p. 33). O SPI previa a nomeação de um inspetor de serviço de proteção aos indígenas para manter o relacionamento com os grupos. Foram feitas diversas tentativas de reagregar os grupos locais, organizados em famílias, em grandes aldeias, porém, de início não houve muito êxito, porque “ao se reunirem, não causou muito contentamento, pois cada grupo local possuía uma liderança e logo discussões, brigas” ocorreram (Oliveira, 2018, p. 15). “Somente em meados de 1950 é que os funcionários do SPI, depois de muito diálogo, conseguiram uma reunião definitiva com os representantes das comunidades locais da aldeia também conhecida como Manamyry, conseguindo que esses grupos locais se reunissem nessa aldeia e vivessem lá” (Oliveira, 2018, p. 15). Manamyry era a aldeia que hoje é chamada de aldeia Xambioá.

Isaura Karajá recorda como foi esse agrupamento dos primeiros moradores pelo SPI:

Os mais velhos chamavam inspetoria, acho que é por conta do inspetor né, inspetor naquele tempo era os que mandava nos índios né, ficava com os índios [...] ela (Luzia Kolyty) foi a primeira que chegou nessa aldeia, quando ela subiu de, parece que de Xambioá no borlindo, um borlindo é um motorzão, subia de lá pra cá, não tinha nada. [...] meu criador contava que foi a FUNAI que fez uma casa pra ajuntar o índio, mandou fazer aquela casa lá, que é lá no posto lá, que chama posto, aí fez pra ajuntar os índios, que os índios eram tudo espalhados [...] aí a primeira, a primeira pessoa que morou nessa aldeia foi a vovó mais o vovô. Quando deram notícias dela em Conceição, falava que deixaram ela na aldeia, aí desceram que era meu pai né, meu pai desceu com uns 3 ou foi 4, desceu de lá pra cá, que era irmã dele, a vovó era irmã do meu pai, são irmão, aí desceram com ele atrás dela. Aí quando encostaram lá, era aquele mato, só mato assim na beira do rio era só mato, aí pronto, aí acharam bom o

lugar lá, aí nós vamos morar é aqui mesmo, aí acamparam, foi aonde foram chamar os outros, índios que foi o Manoel Axurê. E foi assim, mas foi pouca gente que chegou, não era muita gente não que chegou pra cá pra ajuntar se unir, agora que teve muita gente [...] e quando eu me entendi foi esse daí, é pouca gente, quando eu me entendi ser gente, conhecer assim as coisas, existia só pouca casa, parece que era seis casas só. (entrevista concedida em 18 de dezembro de 2022).

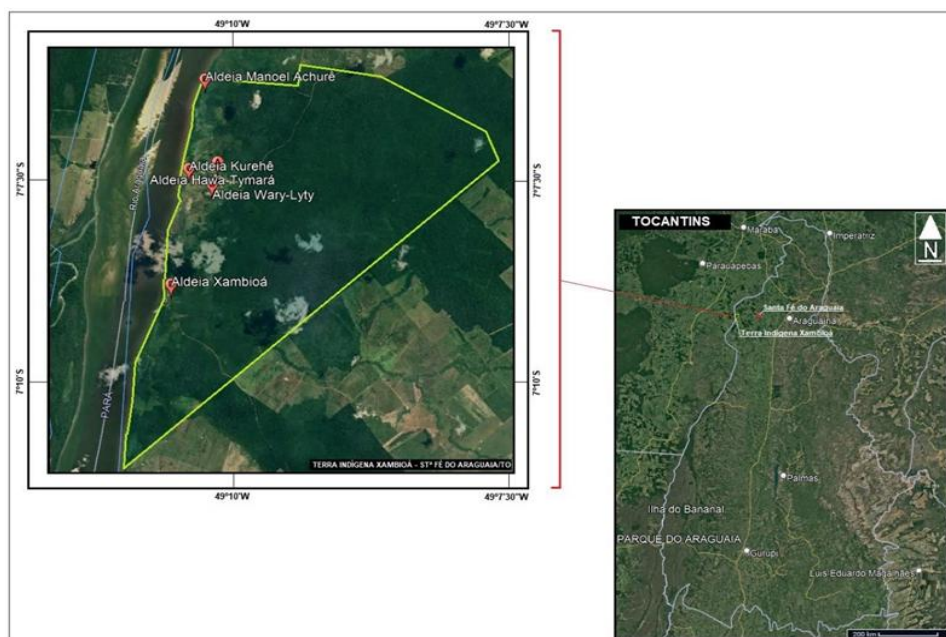
O casal que é mencionado, “a vovó e o vovô”, já falecidos, chamados de Tahakyny e Luzia Kolyty, foi quem chamou seus parentes para morar com eles. Eles são vistos pelo meu povo como os fundadores da aldeia naquela região, ou a mãe e o pai do povo Karajá-Yxambioá, por cuidarem de todos os outros indígenas que se juntaram a eles nesse novo local de moradia.

A terra, por fim, só foi demarcada em 03 de novembro de 1997, nomeada assim como o território indígena Xambioá, possuindo uma área de 3.326.3502 há e perímetro de 26.551,11 metros. A empresa licitada, Patraty Topografia S/C Ltda, apresentou os limites demarcatórios a partir da demarcação que havia no registro do cartorário do Posto Indígena Xambioá (Alves, 2017). Atualmente ocupam essas terras uma população estimada em 600 indígenas *Ixybi(k)o-á*. Todos estão divididos em cinco aldeias:

- 1) *Yxambioá*, que significa “amigo do povo”;
- 2) *Kurehê*, nome dado em homenagem a um antigo ancião;
- 3) *Wary-Lyty*, que significa “ninho de manguari”;
- 4) *Hawa-Tymyrá* que quer dizer “aldeia nova”; e
- 5) *Manoel Achurê*, nome dado também em homenagem a um antigo ancião.

Na Figura abaixo é possível ver onde a aldeia se situa, no norte do estado do Tocantins. Com o *zoom* é possível ver melhor a marcação do território, e perceber como mesmo com uma área aparentemente grande todas as aldeias estão situadas às margens do rio Araguaia.

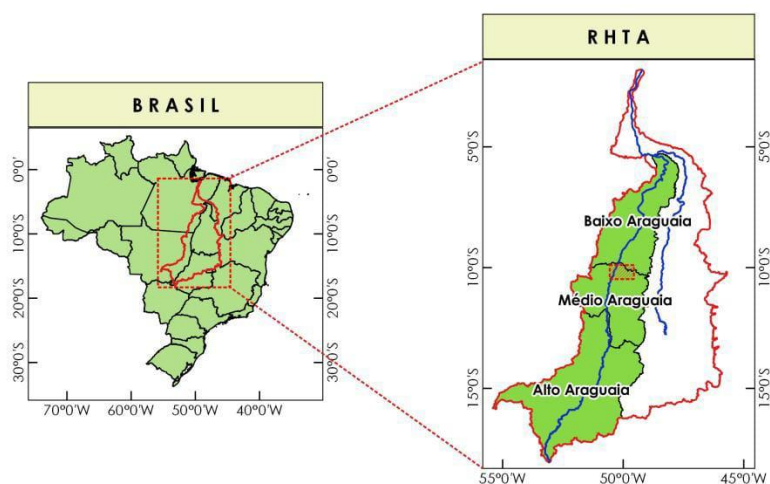
Figura 2: Localização das aldeias na T.I Xambioá no Estado do Tocantins



FONTE: Elaborado por Avanilson Karajá *apud* Aires Karajá, 2021, p. 34.

Por mais que nós Karajá do Norte estejamos separados dos demais Iny, Javaé e Karajá da Ilha, todos nos reconhecemos como um povo só, mas que moram em lugares diferentes. Nós temos, dentro da língua materna, um modo específico de falar sobre essa divisão; ela segue a posição geográfica em que cada grupo se fixou ao longo do rio Araguaia. Assim, nós Karajá-Yxambioá somos os Iraru mahadu (povo de baixo), os Karajá e Javaé que ficam na Ilha do Bananal são os Itya mahadu (povo do meio) e os Karajá de Goiás são os Iboo mahadu (povo de cima). Essas nomenclaturas levam em consideração a correnteza do rio Araguaia como se pode ver na figura abaixo.

Figura 3: Mapa da escala do rio Araguaia



Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/17506>

A pesquisa aqui desenvolvida ocorreu no chamado Baixo Araguaia. Minha aldeia Hawa-Tymyra, umas das cinco aldeias situada a região baixa do rio, é uma das mais recentes. A ordem cronológica de surgimento das aldeias desse território é: primeiro a aldeia Yxambioá, que já existia antes mesmo da demarcação de nossas terras; depois veio na década de 1980 a criação da aldeia Kurehê, a Wari-Lyty surgiu por volta de 2002 e 2003; a Hawa-Tymyra em 2005, e por último a aldeia Manoel Achurê que foi criada recentemente entre 2019-2020.

Inicialmente, minha família fazia parte da aldeia Kurehê, contudo, em 2005 após uma grande enchente na aldeia, a prefeitura de Santa Fé, juntamente com a Funai, fez um projeto de construção de novas casas mais acima do rio, no intuito de deslocar os moradores para essa nova localidade. Porém, alguns desistiram de fazer a mudança para esse novo local porque já tinham suas casas montadas e organizadas, e porque o projeto só construiu 10 novas casa, e a quantidade de famílias era maior que isso. Então houve uma separação do povo que ali já morava. Quatro famílias preferiram ficar na região onde teve a enchente e outras doze famílias fizeram a mudança para as novas casas; minha família foi uma delas. Os que foram para as casas do novo projeto tiveram que nomear com outro nome a aldeia. Então, o cacique escolhido na época, meu avô Josué Txebuare Karajá, colocou o nome de Hawa-Tymyra que significa como foi dito acima “aldeia nova”.

Figura 04: Aldeia Hawa-Tymyra



Fonte: Daniel Aricana Karajá apud Txebuaré Karajá, 2021, p. 34.

A figura acima mostra uma visão aérea da minha aldeia atualmente. No lado esquerdo na parte inferior é possível ver o Posto de saúde que atende as aldeias mais próximas (Kurehê, Wari-Lyty, Hawa-Tymyra e Manoel Achurê). Yxambioá tem seu próprio posto de saúde por ser a maior aldeia e ser mais distante das demais. Ainda pode-se ver na imagem o Centro de Ensino Médio que recebe estudantes de todas as aldeias, sem exceção. Na parte central vemos uma rua em que estão dispostas as casas das famílias. O final da rua, ou o começo dela, depende da perspectiva, está o rio Araguaia, aquele que sempre foi ponto de partida, chegada e estadia do meu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo Karajá-Yxambioá, meu povo, atualmente luta pelo resgate da língua materna, apenas os anciões falam a língua Iny. Apesar de todo o ensinamento que é repassado dentro e fora da escola, o povo ainda sofre bastante influência das vivências do homem branco desde os primeiros contatos. Por estarem em uma região muito distante dos outros povos Iny, o convívio com falantes da língua mãe é muito difícil. Dentro dessas dificuldades ainda encontramos o fato de nossa história não ser contada nas escolas através dos livros didáticos o que por vezes dificulta a transmissão para os mais jovens.

Embora tenhamos um grau de parentesco muito distante do outros grupos, nós entendemos que somos um só, e que o que nos separa ou quem nos separou foram os tori. Contar nossa história, nossos marcos temporais, é importante para entender o presente e

construir perspectiva de futuro. Estudar a história indígena no currículo da universidade, assim como no currículo da educação básica, se torna essencial para desconstruir pensamentos coloniais e entender que a nossa forma de viver e compreender o mundo, nossas concepções, nossas epistemologias, partem de como o nosso povo pensa e reflete o mundo; e que cada povo tem a sua visão cosmológica e cultural do mundo.

A nossa periodização é contada sempre lembrando dos principais acontecimentos que marcaram nossa história, que fizeram sermos quem somos, um povo guerreiro, de luta, o povo das águas. Oralmente transmitimos nossa cultura, e agora, com a presença do nosso povo dentro das universidades, outra forma de transmissão será adotada. Nossos marcos históricos sempre tem o rio Araguaia como eixo condutor, porque os Karajá-Yxambioá sabem que do rio viemos, e para o rio voltaremos. Adriano Gomes Karajá já dizia que “Até hoje os Karajá habitam às margens do rio [...] acreditando que um dia poderão retornar para sua terra nas profundezas do rio” (Gomes Karajá, 2016, p. 34).

Hoje posso perceber que a minha trajetória de vida, da minha aldeia para a universidade, do estar lá e aqui ao mesmo tempo, fez com que eu aproveitasse a academia e as suas potencialidades de transmissão de conhecimento, para que a nossa história se torne visibilizada e não restrita ao nosso povo. Assim, é através dessa escrita que outros compreenderão como as concepções de tempo e periodização de outros povos são entendidas, e como elas foram silenciadas e ocultadas em detrimento de outra que nos foi imposta.

Referências

AIRES KARAJA, Welder Wachure Dias. *Sistema de numeração Ixymbi(k)o-á-Karajá Xambioá*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína: UFT, 2022.

ALVES, Daise. *Demarcação de Terras indígenas no Brasil: a análise do processo demarcatório da aldeia Xambioá*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína: UFT, 2017.

AWÃ, Kamutaja Silva. *Do cativo à luta: história pós-contato e protagonismo do povo Awã*. Revista Antígona, Porto Nacional (TO), v. 1, n. 2, p.100-122, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/12572>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CONDILO, C. *Mito e história nas Histórias de Heródoto*. História da Historiografia. Ouro Preto, v. 11, n. 26, p.13-39, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1250>. Acesso em: 18 jan. 2024.

COX, Maria Inês Pagliarini. *A noção de etnocídio: para pensar a questão do silenciamento das línguas indígenas no Brasil*. Polifonia, Cuiabá, v.12, 2006, p. 65-81. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1080>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

GIRALDIN, Odair. *Catequese e civilização. Os capuchinhos “Entre” os “Selvagens” do Araguaia e Tocantins*. Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 18, n. 2, 2002. p.27-42. Disponível em http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_catequese_civilizacao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES KARAJÁ, A.D; ALBUQUERQUE, F.E. (Org.) *Aspectos Históricos e Culturais do povo Karajá – Xambioá*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2016.

KARASCH, Mary. *Catequese e cativoiro. Política indigenista em Goiás 1780 – 1889*. In. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras / Secretaria Municipal da Cultura / FAPESP, 1992, p. 397-413.

LIMA, Milton Pereira. *O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na revista Cayapós e Carajás*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá: UNIFESSPA, 2019.

OLIVEIRA, Raquel Palmeira de. *Aspectos fonéticos e fonológicos da língua Karajá-Xambioá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína: UFT, 2018.

PORTELA, C. A. *Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã-GO (1980-2006)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 2006.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História: Revista História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 21 jun. 2023

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-126, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Museu Nacional, 1992.

TORRES, Maristela Souza. *Mulher Karajá desvendando tradições e tecendo inovações: diálogos sobre as demandas de gênero*. Doutorado (Ciências Sociais-Antropologia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: PUC, 2011.

TXEBARÉ KARAJÁ, Railton Moreira. *Etnografia das pinturas corporais Ixybió-a-Mahadu*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína: UFT, 2022.